

Os protocolos: Tecnicidade, normatividade, institucionalidade

Jeudiel Martinez

Sociólogo pela Universidad Central de Venezuela.

A tarefa da vida é fazer coexistir todas essas repetições em um espaço no qual a diferença é distribuída.

Deleuze. Diferença e Repetição.

Introdução: Rotinas, ritos e cerimônias

A relação da vida com as repetições cíclicas é evidente: a diferença entre a matéria inorgânica ou “inerte” e a matéria viva não só transita no tempo linear da entropia, mas está atravessada, “ritmada” por uma série de repetições e ciclos tão diversos quanto a respiração, a batida cardíaca, a menstruação e a morte e regeneração das células, tecidos e órgãos. Essas repetições não têm relação simplesmente com o metabolismo, mas com a rotação planetária que, variando a luz, informa nossos ciclos circadianos.

As operações repetitivas do corpo - como passos, latidos e respirações - e a divisão da vida em jornadas são, então, a base de todas as rotinas aloplásticas - isto é, voluntárias, adquiridas -, não determinadas automaticamente pelo funcionamento do corpo ou pelos instintos. Foi Nietzsche, obviamente, quem colocou a questão da repetição na filosofia moderna, inclusive antes do paradigma do tempo abstrato newtoniano entrar em crise. Desde então, a questão da repetição, e, portanto, do ritmo, começou a aparecer repetidamente em diferentes ciências, não só nas biológicas, mas na ecologia e, obviamente, na cibernética, que, sob a forma do *feedback*, fez dos ciclos e repetições um dos problemas mais importantes da ciência e da técnica. O feedback, ou retroalimentação, na cibernética já é diferente da concepção dos ciclos e revoluções no pensamento pré-moderno e das ciências no período newtoniano: mais do que círculos fechados, trata-se de espirais que incorporam a contingência, as mudanças, como no conceito contemporâneo da recursividade (HUI, 2019a).

Foi exatamente nesse clima intelectual emergente que obras essenciais do século XX - como *Ficções*, de Jorge Luis Borges, e *Diferença e Repetição*, de Deleuze - colocaram a questão de como as diferenças se distribuem nas repetições como variações contínuas do repetido. Questão cada vez mais importante não só pela automatização geral, mas

especialmente na medida em que o funcionamento dos algoritmos informáticos aprofundou essa automação fantasticamente e fez desse problema um dos mais importantes para a espécie humana. Porém, a automação e os algoritmos são parte da problemática mais abrangente das rotinas e da **estereotipação das operações** que podemos chamar de **procedimento** e que abrange desde rotinas de exercício, coreografias, algoritmos matemáticos, receitas de cozinha, técnicas de aprendizado nas artes marciais (como os *kata*, do Caratê), protocolos diplomáticos, informáticos e de segurança, assim como rituais e cerimônias de distintos tipos.

De fato, os rituais foram as primeiras rotinas amplamente estudadas, embora frequentemente desde uma perspectiva reducionista, como nos casos de Durkheim e Lévi-Strauss, vinculando o ritual a campos específicos - como a religião ou os mitos -, como se não existissem fora desses âmbitos. Frente a esse reducionismo, desde os trabalhos de Julian Huxley, continuados por Richard Schechner, uma perspectiva etológica e evolutiva tentou explicar os rituais em sociedades humanas e animais como formas de comunicação, particularmente em situações em que qualquer erro poderia ser catastrófico (BELL, 2009, p. 73). Porém, neste caso, a definição passou a ser excessivamente ampla.

Então temos diante de nós duas questões distintas: 1. a tendência à estereotipação das operações ou performances, tendência a criar procedimentos ou roteiros para ação e 2. aquela da ritualização no sentido cerimonial. No primeiro caso, pesquisas mais recentes baseadas nas ciências da conduta e na neurologia mostram que condutas estereotipadas “podem muito bem ser o subproduto previsível das capacidades adaptativas. Em nosso modelo, um ritual coletivo tipicamente ativa o sistema de prevenção de riscos (...). Isto tornaria o ritual um subproduto da evolução da arquitetura cognitiva” (LIÉNARD; BOYER, 2006, p.825). Então, se seguirmos a definição do ritual como **uso, costume, maneira, jeito**, a questão estaria resolvida; mas se o consideramos seguindo a definição primária, relacionada com **a cerimônia**, a explicação seria insuficiente: uma tendência inata a estereotipar as performances fica muito longe de explicar e definir os eventos religiosos, coreografias, cerimônias e festas sacras e profanas.

Nesse sentido, o trabalho de Catherine Bell é essencial para definir o ritual no seu sentido cerimonial. Bell (2009, p.74) usa o termo "ritualização" para "chamar a atenção para a forma como certas ações sociais se distinguem estrategicamente em relação a outras ações (...) a ritualização é uma forma de agir que é projetada e orquestrada para distinguir e privilegiar o que está sendo feito em comparação com outras atividades, geralmente mais cotidianas". A posse do presidente da Colômbia, Gustavo Petro, é um bom exemplo: se a cerimônia da posse distingue-se das ações cotidianas do presidente, Petro distinguiu **sua posse** das anteriores ao incluir a espada de Bolívar - na Colômbia, símbolo da Paz - na cerimônia, recebendo a faixa presidencial da filha de Carlos Pizarro Leongómez - antigo comandante do Petro no M19 e candidato presidencial assassinado -, indicando que o novo presidente se diferencia ao ser produto de um ciclo histórico de luta armada e pacificação. Coreografar o rito, então, é tão importante como mudar a coreografia.

De fato, do ponto de vista do pensamento transdutivo (SIMONDON, 2009), a criação de procedimentos e a prática de hierarquizar atividades **não são excludentes**: a posse do presidente, a massa, os algoritmos, o protocolo da internet, os *katas* do Caratê e os protocolos médicos *repetem* a "estereotipização operativa" em casos diferentes, numa "distribuição contínua em uma escala indefinida" (SIMONDON, 2009, p.159), isto é: a massa não é a mesma coisa que a posse do presidente e a posse é diferente da execução do *Kata Sochin* que é diferente da operação da ressuscitação cardiopulmonar, e da preparação do *filé mignon*, embora todas essas performances impliquem na estereotipia ou roteirização das operações num procedimento. Nessa cadeia, os ritos cerimoniais se diferenciam porque dizem também respeito à **hierarquização** das atividades nas sociedades humanas. No entanto, *katas*, receitas ou algoritmos não têm nada a ver com isso.

O protocolo ocupa nessa cadeia uma posição intermediária: ninguém chama de protocolo a uma simples standardização de procedimentos: receitas de cozinha e instruções para montar móveis ou instalar televisores não são chamados assim. Falar de protocolo do *filé mignon* seria uma piada, mas chamar de protocolo as instruções para desmontar uma bomba, não. O que recebe esse nome é considerado uma atividade mais

importante, delicada e, muitas vezes, arriscada, como no caso dos protocolos médicos e diplomáticos. Inclusive, o Protocolo de Kyoto, um dos mais importantes protocolos político-jurídicos, implica a noção de risco.

Então, o protocolo, pelo menos em alguns de seus significados, é simultaneamente técnico e normativo, aliás misturando norma jurídica e norma técnica (pois, em muitos casos, não cumprir com a norma técnica do protocolo é ilegal, criminal inclusive), diferenciando operações que, por sua importância, não podem ser executadas livremente e cuja execução implica responsabilidades. Além do mais, em alguns casos, a norma só pode cumprir-se com **um** procedimento executado de **uma** maneira. Protocolos como os médicos e de seguridade, em teoria, não são simples marcos normativos para a ação, mas **a expressão direta da operação como norma.**

Nessa dinâmica, alguns protocolos tendem a virar não só normas institucionais, mas instituições de formas inusitadas: os protocolos de comunicação, como o Protocolo TCP - equivalentes aos algoritmos -, ao automatizar um procedimento para estabelecer comunicações na internet, parecem ter virado uma **tecnologia institucional**, isto é, um objeto técnico que ao ser necessário para o funcionamento de uma instituição se hibridiza com ela. Neste artigo, pretendemos fazer um brevíssimo percurso genealógico pelos distintos significados do protocolo, em distintos campos, para verificar quando o termo é usado metaforicamente e quando as mudanças semânticas indicam o surgimento de uma nova literalidade, isto é, um novo tipo de operação ou de entendimento das operações.

Para uma genealogia do protocolar

O termo "protocolo" consiste em duas palavras vindas do grego antigo: **protos** que significa "primeiro" e **kollao** que significa "anexar", ou seja, "primeiro

anexo". O termo inicialmente se referia à primeira folha de papel colada em um rolo de papiro contendo informações escritas sobre suas origens. (IUCU, 2008, p.16).

A passagem do rolo de papiro ao protocolo TCP da internet - ou o protocolo de ressuscitação - consiste numa cadeia de abstrações e desterritorializações. Na Antiguidade, uma série de deslocamentos semânticos mudaram o significado e o sentido da palavra protocolo, mas eles estão associados a mudanças técnicas e administrativas, primeiro no campo das “tecnologias do intelecto” (GOODY, 1996) e logo em todo tipo de técnicas, mas sempre em relação à **comunicação**. Os primeiros desses deslocamentos semânticos simplesmente mudaram o termo protocolo em distintos tipos de documentos; os seguintes já foram abstrações pelas quais o sentido da palavra se deslocou para contextos distintos daqueles da documentação. Esses sentidos concretos e abstratos da palavra determinam nosso entendimento atual do protocolo: os primeiros definem que documento é considerado um “primeiro anexo” e os segundos já definem **modelos e fórmulas operativas**, procedimentos e não documentos.

Com relação aos primeiros, na Antiguidade, protocolo deixou de ser a primeira página de um rolo de papiro - a que continha a informação das origens do documento – e passou a designar o texto original de um papel notarial e, logo depois, o registro completo desses papéis (IUCU, 2008, p.17). A virada para a abstração começou quando o protocolo começou a designar o **catálogo de modelos** usados para os textos administrativos. Nesse momento, o sentido do prefixo *proto* mudou: não é mais o primeiro papel ou documento numa sequência espacial ou temporal de documentos já feitos, mas o **protótipo** ou modelo para fazer novos documentos.

Nesse ponto se produz uma bifurcação do sentido do termo protocolo em duas linhas: uma concreta, que permanece localizada nos documentos, e outra abstrata, que se desterritorializa deles para designar a standardização procedimental. Na primeira, passa a designar documentos jurídicos legalmente vinculantes que ou expressam acordos ou

servem como atas de ou encontros entre partes, mas também para falar de adendos de convenções que corrigem ou estendem aquilo que foi disposto originalmente: os três protocolos da Convenção de Genebra são considerados emendas da Convenção (YINGLING; GINNANE, 1952) e o famoso Protocolo de Kyoto é uma extensão da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima. Nesse contexto, o protocolo de Kyoto, extremamente pragmático, está baseado num mecanismo de controle que permite ajuste iterativo e movimento em direção a objetivos em evolução (BOHRINGER, 2003). Kyoto é importante em comparação com outros protocolos anteriores pois se distingue pela ênfase no desenho de mecanismos institucionais concretos, ênfase sem dúvida motivada pela preocupação de estabelecer uma estrutura de governança global operativa. Porém, Kyoto está muito longe de desenhar ou planejar operações do mesmo jeito que os protocolos procedimentais.

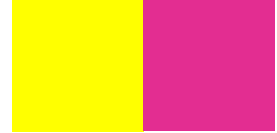
A desterritorialização do termo protocolo só acontece com o nascimento da diplomacia. A diplomacia, desde um ponto de vista político, é a arte das relações pacíficas entre os Estados. Mas, desde um ponto de vista institucional, é a passagem dos mensageiros e emissários provisionais a missões permanentes. Desde o primeiro ponto de vista, a diplomacia moderna implica uma nova arte do governo que exige inclusive que os Estados cedam soberania de pequenas parcelas de seu território. Porém, desde o ponto de vista das comunicações, precisa de toda uma rede de gestão, processamento e circulação de informação das embaixadas com sua respectiva chancelaria e com o Estado anfitrião. A missão diplomática, então, implica que a gestão dos documentos tem que se espalhar pelo espaço em uma rede internacional, mas também em uma série de interfaces com os outros Estados que passam pelos encontros pessoais e até sociais entre os emissários. Essa é a razão pela qual o protocolo diplomático é considerado principalmente um **instrumento de comunicação**.

A primeira das definições do protocolo diplomático é, então, “um **formulário** utilizado no correio de acordo com a hierarquia” (IUCU, 2008, *ibid*) isto é, um formato para escrever cartas seguindo a dignidade do destinatário. Até aqui é simplesmente uma pequena variação da definição antiga do protocolo como modelo para documentos

administrativos, só que agora esses documentos são cartas cujo modelo tem que mudar de acordo **com a categoria** do interlocutor e as fórmulas correspondentes têm que ser usadas também na comunicação direta, verbal, e completadas com outras para a comunicação não verbal. Então o protocolo renasce adquirindo um novo sentido - e uma nova literalidade: como a performance comunicativa da diplomacia, performance altamente estereotipada composta pelas prescrições imperativas que decidem o lugar correspondente a cada funcionário e seu respectivo comportamento (IUCU, 2008, p.18) e, em geral, como o conjunto das normas e interfaces das relações interestatais. Por essa razão, poderia dizer-se que vira uma forma de automação, de infraestrutura que “automatiza a decisão” (BRATTON, 2019, p.23) e fornece valor para a diplomacia. No entanto, cria e mantém uma **atmosfera** (IUCU, 2008, p.16) e interfaces que são condição precisa para as relações pacíficas entre Estados.

Esse novo protocolo abrange mesmo as cerimônias oficiais, ritos onde a estereotipia das performances é maior, e a **etiqueta** dos encontros não cerimoniais, que é a formalização das relações interindividuais, consistindo mais em normas do que em séries de instruções ou procedimentos estereotipados. Para Bratton (2019), o protocolo que só é obedecido e não discutido seria um “axioma infraestrutural”, mesmo para a etiqueta e para diplomacia que demandam, em distintos graus, a deliberação, o “tato” e a capacidade de “ler a atmosfera”.

Operando entre o extraordinário (a pomposa cerimônia) e o cotidiano (a rotina burocrática), o protocolo diplomático é um produto inicial da racionalização da burocracia ocidental, distinto das disciplinas e da posterior standardização taylorista-fordista dos produtos e procedimentos. Porém, dessa nova definição de protocolo e do protocolar, híbrida entre o rito, a receita e a coreografia, vai nascer um novo *phylum* de procedimentos que são menos do que rituais e cerimônias e mais do que simples manuais de instruções: na segunda metade do século XX, em distintos campos, o conceito de protocolo vai se desterritorializar em operações delicadas, que, embora sejam parte do rotineiro, do cotidiano, distinguem-se das demais atividades pelos riscos e perigos que implicam, e vão começar a delimitar o campo do desenho e planejamento de operações



de alto risco que não requerem simplesmente normas técnicas, mas uma instrução detalhada, receita operativa que simultaneamente estereotipa a performance, gera documentos de caráter legal e normativo e expressa a norma operativamente.

“Ferramenta de coordenação”

Embora a mania das sociedades disciplinares (FOUCAULT, 2002b) e do taylorismo-fordismo com a estereotipação das condutas e a standardização, a generalização do termo - e do conceito - de protocolo não acontece durante o auge das disciplinas ou do capitalismo fordista, mas **durante seu período final e, especialmente, durante sua crise**. No novo período pós-fordista ou das sociedades de controle (DELEUZE, 2006), a standardização e estereotipação vão ter um sentido distinto, não como modelo geral das operações, mas como técnica para, ao mesmo tempo, garantir a verificação de fatos, reduzir os riscos e criar redes de cooperação num período em que o comum é uma performance livre e flexível e onde, muitas vezes, não é possível distinguir produto de produção (VIRNO, 2003). Nesse contexto, como veremos, na prática os protocolos operam não como eliminadores implacáveis das variações, como nos padrões fordistas, mas como regulador das mesmas.

Sem dúvida, a maior parte do aprendizado humano é feita através da observação das operações dos outros combinada com correções, ensaios e erros. Porém, quando, numa sociedade, surge a demanda de estereotipar uma operação determinada é preciso criar um procedimento, o que implica separar esse roteiro e fazer dele uma **entidade existente em si mesma** como ente mnemotécnico.

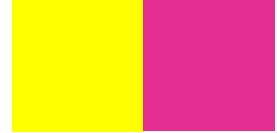
Essa ideia de roteirizar operações seguindo um plano fixo, um roteiro, foi desenvolvida primitivamente junto às cerimônias e rituais de forma coreográfica como a dança pírrica ou *pyrrhichios* que, sob um ritmo musical, ensinava movimentos de ataque e defesa na Grécia antiga e parece ser a origem de várias danças masculinas do folclore grego. Os ensinamentos marciais ao ritmo de música não são raros e atualmente danças tradicionais - como a *batalya* no *moro-moro* das Filipinas (BAET, 2020) ou *la batalla* do *Tamunangue* da Venezuela (GRATEROL, 2014) - incluem movimentos de esgrima. Porém a forma mais conhecida de mnemotécnica através da coreografia são os *katas* das

artes marciais japonesas, formalizações coreográficas que remetem às artes marciais da China (ENKAMP, 2020).

Essas coreografias do combate colocam uma série de questões sobre as virtudes e vícios da standardização operativa que vamos encontrar nos protocolos contemporâneos, pois tendem a **tornar rígidas** as performances ao mesmo tempo que são ferramentas para adquirir e comunicar esquemas e padrões de movimento que, na prática, não são fixados pelo roteiro. Conservar essas virtudes eliminando os vícios é a razão pela qual, nas artes marciais modernas, as longas coreografias foram substituídas por exercícios bem mais curtos e interativos dos quais os mais conhecidos são os *combos* do boxe (JEFFRIES, 2020).

A criação de documentos com a mesma função de standardização/roteirização/estereotipação das operações segue uma evolução independente das coreografias, talvez porque os movimentos corporais são aprendidos mais facilmente pela imitação do que pela descrição. Então, o nascimento das receitas no Antigo Egito e na Mesopotâmia tem a ver não com procedimentos para operar o próprio corpo, mas para manejar ingredientes e materiais que têm que ser mesclados e modificados: “o recibo ou receita, então, é uma fórmula escrita para misturar ingredientes para fins culinários, médicos ou mágicos; ela lista os elementos necessários para fazer preparações destinadas ao consumo humano, com fins médicos ou mágicos” (GOODY, 1996, p.155).

A transmissão escrita sem dúvida contribui para fixar a memória contra alterações e, portanto, para fazer os procedimentos mais complexos. Porém, os grêmios arcaicos tinham outros procedimentos mnemotécnicos, como provérbios, recitações e cantos (esses métodos, como as tabuadas, usualmente associados com castigos e recompensas, ainda eram essenciais na educação disciplinadora moderna). A introdução da escrita na rotina do aprendizado não só tem a finalidade de substituir uma memória falível por outra mais confiável, mas formular “um programa conducente a uma extensão dos repertórios tanto do especialista como do leigo, bem como para a experimentação de receitas (isto é, ‘examinar’, ‘testar’), e uma verificação comparativa dos resultados.” (GOODY, 1996,



p.157) Isto é, para aumentar as possibilidades de comunicação e cooperação, mas também de controle.

Essas receitas foram recriadas nos laboratórios do século XX, onde começaram a ser chamados de protocolos os registros dos experimentos e, logo, os roteiros desses experimentos. Para que fossem replicáveis, “os protocolos tinham desempenhado um papel importante no sucesso dos esforços coordenados de pesquisa durante e após a Segunda Guerra Mundial: no campo florescente da pesquisa clínica, o protocolo era essencial para assegurar que as ações e interpretações dos resultados seriam semelhantes em todas as instituições participantes” (BERG, 1997, p.1.081). A necessidade **de repetir** o mesmo experimento para verificá-lo faz do registro desse experimento um procedimento padrão, um roteiro a seguir. Porém, dado que nos laboratórios, especialmente os médicos, são manipulados materiais perigosos, os padrões de segurança são, desde o começo, inseparáveis dos da verificação.

Uma das características mais importantes da indústria médica é o paralelismo entre pesquisa e clínica. Nos anos 1970, distintos atores na indústria médica demandaram usar na clínica e na prática médica a protocolização que já era usada na pesquisa: “os protocolos, estes autores argumentaram, podem ‘descrever um bom raciocínio clínico’ de tal forma que se torna transferível entre locais, avaliável, e de acordo com princípios científicos sólidos” (BERG, 1997, p.1.082). A standardização, neste caso, tem funções distintas das que existiam na sociedade disciplinar ou no taylorismo-fordismo: a questão não é estereotipar fastidiosamente os movimentos corporais, mas desenhar um “diagrama de fluxo” das operações. Nesse contexto existiu, sim, a demanda de racionalizar a performance médica mediante o procedimento, mas o objetivo não é tanto “produtivista” (diminuir o tempo, etc.) como securitário e “racionalista”: diminuir os riscos - e a *liability* dos hospitais às seguradoras - ao submeter a performance médica num procedimento padrão desenhado segundo a racionalidade médica.

Numa série de pesquisas dos finais dos anos 1990, pesquisadores como Marc Berg, afiliado à escola Ator-Rede de Bruno Latour, exploraram a ambivalência dessa protocolização da prática médica que, de fato, é uma forma de ritualização que

hierarquiza certas formas de exercer essa prática frente às outras e extrai uma série de efeitos de poder dessa **ritualização instrumental** da prática médica. Operadores como as seguradoras, as burocracias, e o *management* usam o protocolo como instrumento de controle para impor determinada concepção dos erros e problemas da prática médica: como produto de erros individuais e falta de profissionalização e não de problemas institucionais ou “sistêmicos”. Uma **terceirização** das responsabilidades das instituições e o *management* dos indivíduos e sua capacidade de se submeter ao protocolo são parte do efeito político da protocolização. Porém, Berg (1997) aponta como alguns dos setores subalternos da indústria médica, como médicos e enfermeiras usaram a protocolização como meio para se valorizarem como profissionais.

Nesse contexto, as forças e fraquezas da protocolização residem, precisamente, **em sua abstração** na eliminação das variantes: o protocolo desenha um diagrama ou cartografia da ação, mas, ao fazê-lo, pode ter efeitos reducionistas desde dois pontos de vista: 1. da racionalidade: “na área médica práticas, no entanto, muitas diferentes racionalidades, muitas maneiras diferentes em que as considerações são pesadas, coexistem” (BERG, 1997, p.1.085) e 2. da informação que é suprimida ou desvalorizada: “As circunstâncias sociais de um paciente, uma impressão clínica, o tom de uma conversa, a reinterpretação de pedaços de informação à luz de novas informações - todos esses assuntos são difíceis de representar na configuração explícita, passo a passo, de um protocolo (BERG, 1997, p.1.085).

Porém o procedimento ou protocolo é bem mais que uma palavra de ordem ou mecanismo de controle, de fato é um **lugar comum**, pois “um padrão médico é visto como um roteiro tecnocientífico que cristaliza múltiplas trajetórias” (TIMMERMANS; BERG, 1997, 275) e vira um campo de lutas e diferenças na medida em que contribui para a consolidação de uma rede na qual circula uma “atividade distribuída” entre trajetórias díspares que se encontram e transformam (como aquela do paciente que arrisca sua vida num procedimento que para o cirurgião é rotineiro, as dos estudantes que estão aprendendo o procedimento e as das enfermeiras e auxiliares subordinadas, a do provedor das equipes médicas, etc.).

“Universal na rede” da prática médica pelo mesmo fato de ser um ponto de encontro e de mobilizar distintas multiplicidades numa experimentação contínua que só se “materializa contingentemente” e, portanto, “é aberto; o fechamento nunca é realmente alcançado” (TIMMERMANS; BERG, 1997, p.287). O protocolo de ressuscitação ou CPR/ASCL é o melhor exemplo desse ritmo entre rigidez e fluidez: até 1944, o modelo ou paradigma foi a “técnica de pressão” do Schaffer que foi desacreditada e substituída pela respiração boca-a-boca e, finalmente, desde os 1960, pela massagem cardíaca (TIMMERMANS; BERG, 1997, p.284). “Em cada ponto de transição, a técnica anterior foi desqualificada após extensos testes médicos, e a técnica seguinte foi aclamada como sendo mais eficaz e tendo o potencial de salvar mais vidas. Em cada situação, os pesquisadores médicos apresentaram suas descobertas como definitiva, sólida, simples e à prova de tolos” (TIMMERMANS; BERG, 1997, p.284), num processo que se mostra de fato como uma atualização contínua, mas problemática, não só pelas mudanças nos paradigmas, mas pelo fato que “ninguém segue o protocolo estritamente” porque, no concreto, as condições para executá-lo podem nem existir: talvez uma droga não esteja disponível ou não seja recomendável para o paciente ou o profissional tem que misturar protocolos seguindo conforme as circunstâncias, por exemplo, na passagem súbita da assistolia à falta de pulso (, TIMMERMANS; BERG, 1997, p.290).

Então, o protocolo se define pelas forças e fraquezas de **sua abstração**: é mesmo reducionista por sua natureza abstrata, mas essa abstração faz dele um *virtual* que se *atualiza* nas operações concretas e num campo definido: “através do trabalho contínuo de infraestrutura de todos os envolvidos, o protocolo permite que planos de tratamento mais complexos e detalhados se tornem possíveis” (TIMMERMANS; BERG, 1997, p.296) virando, na realidade, menos uma regra rígida ou uma coreografia do que uma “ferramenta de coordenação” numa dinâmica que Berg considera similar àquela da introdução da automação e das tecnologias da informação.

A intensiva protocolização da medicina, então, operou como uma reciclagem das antigas receitas num novo marco, onde o campo da “verificação comparativa dos resultados” é fantasticamente amplificada, não só tornando a roteirização das ações bem

mais complexa ou introduzindo nela uma certa ritualização, mas fazendo dela um campo de lutas atravessado por dinâmicas quaseisonômicas nas quais a desigualdade dos operadores resulta impossível estabelecer um estado de dominação:

A ilusão de total supervisão e controle burocrático, predominante em muitos contos (tanto distópicos como utópicos), é uma quimera: as multiplicidades e contingências embutidas no funcionamento de um protocolo não podem ser controladas (...), os protocolos médicos podem coordenar as atividades no espaço e no tempo devido à **não docilidade** dos atores que povoam estas práticas (TIMMERMANS; BERG, 1997, p.298).

Assim, o protocolo se apresenta como uma espécie de “software social”: o diagrama de um conjunto de operações que coordena a cooperação de um grupo humano que, no entanto, está atravessado por diferenças e tensões.

Como já vimos, o protocolo, no sentido documental e no sentido regulamentar, surgido na modernidade, que, em instituições como a diplomacia, se apresentava como coreografia ou roteiro da ação, desde meados do século XX foi se complexificando e se tornando cada vez mais na definição e design não só de ações individuais, mas de ações cooperativas e de trajetórias de ação heterogêneas para as quais estabelece um método de resolução de uma incompatibilidade inicial (SIMONDON, 2009). Numa rede ou campo de atividade. Nesse sentido, parece existir uma confluência dos complexos desenhos institucionais do protocolo de Kyoto com os múltiplos protocolos securitários e informáticos.

Nesse contexto, o protocolo de segurança virará um conceito padrão de nossa época quando se espalha da indústria médica para todo tipo de atividade em que se procura reduzir os riscos ao reduzir ou regular as variantes das operações. Se nas instituições contemporâneas o protocolo parece cumprir uma função análoga à automação realizando uma rotinização flexível e inteligente daquelas performances que dependem das “competências cognitivas não objetáveis no sistema de máquinas”

(VIRNO, s. f.), um terceiro sentido de protocolo e do protocolar, emergido também no final do século XX, diz-se em relação a esses sistemas de máquinas e suas relações, aparecendo como sinônimo da algorítmica.

Conclusão: protocolos e máquinas

O terceiro deslocamento semântico do termo protocolo, o surgimento do termo “protocolo de comunicações”, aconteceu em 1967, em uma conversa entre Steve Crocker e Jon Postel, membros do *International Networking Working Group* (INWG), um grupo de pesquisadores em informática cuja tarefa, naquele momento, “era martelar um conjunto de convenções acordadas que governaria as trocas entre computadores na rede” (NAUGHTON, 2000, p.136). Postel usou o termo “protocolo” na conversa e falou “que tinha pensado nisso em termos de diplomatas trocando apertos de mão e informações” (NAUGHTON, 2000, p.137). A partir desse momento, essas convenções técnicas para a comunicação inter-maquínica seriam chamadas de protocolos. Mas, seria o termo protocolo uma metáfora nesse contexto?

Desde a invenção da diplomacia moderna, o termo protocolo passou de formato ou protótipo de documentos a formato ou protótipo de condutas ou performances. Nesse sentido, o protocolo, como cerimonial, virou um dos muitos termos que designavam a estereotipia ou estandardização procedimental (receita, roteiro, instrução, algoritmo, *kata*). Porém, enquanto que esse cerimonial estava claramente relacionado com técnicas e procedimentos de comunicação verbal e escrita, linguística e gestual, com o registro e a circulação do registrado, o protocolo ficou relacionado **com a comunicação**, enquanto o algoritmo, seu “gêmeo”, designava procedimentos lógico-matemáticos e, logo, informáticos. Inclusive a ressemantização do protocolo na prática científica, onde sua função é garantir a repetição, manteve a relação com práticas e operações comunicativas mais do que computacionais e matemáticas. A despeito dessa diferença, junto do algoritmo, o protocolo é o pilar da informática. De fato, segundo alguns especialistas os protocolos são para o campo da comunicação o que são os algoritmos para o campo da computação (COMER, 2005).

Nesse sentido, embora pareça ingênua ou apressada, a metáfora de Postel aparece como um **objeto poético**, em que elementos heterogêneos e distantes podem ser colocados em relação uns com os outros (GLISSANT, 2020) Embora muito simples, a analogia entre embaixadas e cartas com computadores e pacotes de dados é rigorosa, só que o mecanismo institucional da diplomacia fica carregado de tensões. No entanto, os computadores e servidores, embora heterogêneos, não têm objetivos contrapostos, não precisam negociar ou se aliar. A passagem de um objeto poético - como “teus gestos são aves”, “virá a morte e terá teus olhos”, “viagem pra Lua”, “espada de luz”, “máquina do tempo” ou “ciberespaço” - para **além da frase que os expressa**, depende de que a mesma relação que estabelecem na linguagem possa ser deslocada para outro regime de compatibilidade.

No caso do protocolo de comunicação, como sistema técnico, essa compatibilidade tem que ser dada entre "duas ou mais entidades de um sistema de comunicação para transmitir informações através de qualquer tipo de variação de uma quantidade física" (Codecs.org, s. f.). Para isso, o protocolo “define as regras, a sintaxe, semântica e sincronização da comunicação e possíveis métodos de recuperação de erros” (Ibid). Atualmente, existem inúmeros protocolos de comunicação – e de segurança - nas ciências informáticas que *podem ser implementados por hardware, software, ou uma combinação de ambos*, mas o mais importante é o **Protocolo TCP**, cujo papel no funcionamento da internet é tão fundamental que talvez pudesse ser chamado de instituição técnica.

Vinton G. Cerf e Robert E. Kahn, membros do INWG, publicaram, em maio de 1974, um artigo intitulado 'A Protocol for Packet Network Interconnection' que apresentou duas ideias revolucionárias:

Uma era a noção de um *gateway* entre redes que entenderia o protocolo usado pelos *hosts* que se comunicavam através das múltiplas redes. A outra era que os pacotes seriam encapsulados pelo *host* transmissor em envelopes eletrônicos (chamados de datagramas) e enviados para o *gateway* como pacotes de ponta a ponta chamados 'protocolo de controle de

transmissão' ou mensagens TCP (NAUGHTON, 2000, p.163).

Se na noção abstrata do protocolo de comunicações operou uma analogia com a diplomacia, alguns autores encontram no funcionamento concreto do protocolo TCP uma analogia com a revolução logística que acontecia no mesmo momento.

A ideia do TCP foi o equivalente eletrônico da revolução da containerização que transformou o transporte de carga internacional (...). Nesta analogia, os modos de transporte (marítimo, rodoviário, ferroviário) correspondem a diferentes redes de computadores; os contêineres correspondem aos envelopes do TCP; e os guindastes das docas e das pistas correspondem aos portões Cert-Kahn (Ibid)

Nesse sentido, se o protocolo médico *crystaliza múltiplas trajetórias* na indústria da saúde e serve como método *de resolução de uma incompatibilidade inicial*, o protocolo de comunicações **repete** essas operações nas redes de computadores, assim como a containerização faz isso na logística, numa “identidade das relações e não uma relação de identidade” (SIMONDON, 2009, p.154).

O atual campo dos protocolos e do protocolar, então, parece não ter sido definido pela difusão de uma série de metáforas inspiradas pelas semelhanças, mas por uma série de transduções de caráter prático que deslocaram a noção de um “primeiro adjunto” à designação de distintos tipos de formatos, padrões e estereótipos documentais e não documentais. Como acontece com a receita, no caso dos protocolos de verificação e segurança, o protocolo designa ao mesmo tempo um procedimento e o documento que o descreve, um documento com valor normativo e ritual no sentido que o hierarquiza diante de outras atividades **e que existe para ser repetido**. No entanto, o protocolo de comunicações, assim como o algoritmo, é um componente de um software, de máquinas eletrônicas nas quais está embutido. Em ambos os casos, a padronização está vinculada à comunicação, embora o vínculo seja diferente nos protocolos de comunicação e nos

diplomáticos onde opera **diretamente como infraestrutura** da comunicação, função que nos securitários e científicos é, embora necessária, derivada.

No caso do protocolo jurídico, parece uma singularidade distinta na medida em que não supõe a padronização e a estereotipação, só a normatização. Porém, na medida em que protocolos como o de Genebra ou o de Kyoto tentaram também funcionar como vias “*de resolução de uma incompatibilidade inicial*” ao “*cristalizar múltiplas trajetórias*” internacionais, é preciso fazer também uma análise separada desse *phylum* técnico e sua relação com as técnicas contemporâneas da rotinização e da repetição...

Referências bibliográficas

- Baet, G. A. “garimot” [ayang711]. (2020, diciembre 13). THE MOTHER ART OF ARNIS DE MANO - BATALYA (LARONG MORO-MORO). Youtube. <https://www.youtube.com/watch?v=n-NIFM5hLKw>
- Berg, M. (1997). Problems and promises of the protocol. *Social Science & Medicine* (1982), 44(8), 1081–1088. [https://doi.org/10.1016/s0277-9536\(96\)00235-3](https://doi.org/10.1016/s0277-9536(96)00235-3)
- Bratton, B. (2019). *The Terraforming*. Strelka Press.
- Bell, C. (2009). *Ritual Theory, Ritual Practice*. Oxford University Press.
- Bohringer, C. (2003). The Kyoto protocol: A review and perspectives. *Oxford review of economic policy*, 19(3), 451–466. <https://doi.org/10.1093/oxrep/19.3.451>
- Codedocs.org. (s. f.). *Communication protocol*. Codedocs.org. Recuperado 23 de agosto de 2022, de <https://codedocs.org/what-is/communication-protocol>
- Comer, D. E. (2005). *Internetworking with TCP/IP, Vol 1* (5a ed.). Pearson.
- Deleuze, G. (2006). Post-scriptum sobre las sociedades de control. *Polis*, 13. <https://journals.openedition.org/polis/5509>
- Enkamp, J. [JesseEnkamp]. (2020, junio 18). *The oldest KATA in KARATE history (セーサン)*. Youtube. <https://www.youtube.com/watch?v=TKdp6xXV8kU>

- Foucault, M. (2002b). *Vigilar y castigar*. Siglo XXI Ediciones.
- Goody, J. (1996). *La Domesticación del Pensamiento Salvaje*. Akal Ediciones.
- Hui, Y. (2019a). Cybernetics for the twenty-first century: An interview with philosopher yuk Hui. E-flux.com. <https://www.e-flux.com/journal/102/282271/cybernetics-for-the-twenty-first-century-an-interview-with-philosopher-yuk-hui/>
- Hui, Y. (2019b). *Recursivity and Contingency*. ECPR Press.
- Iucu, O. (2008). Diplomacy and diplomatic protocol. *Manager Journal*, 8, 14-21. https://manager.faa.ro/archive/manager_08/articles/804.pdf
- Jeffries, T. [TonyJeffries1]. (2020, septiembre 22). 3 Realistic Boxing Combinations you Should Practice. Youtube. <https://www.youtube.com/watch?v=faMatiHL6WY>
- Liénard, P., & Boyer, P. (2006). Whence collective rituals? A cultural selection model of ritualized behavior. *American Anthropologist*, 108(4), 814–827. <https://doi.org/10.1525/aa.2006.108.4.814>
- National Institute of General Medical Sciences. (2019). Ritmos circadianos. En *The Grants Register 2019* (pp. 541–542). Palgrave Macmillan UK.
- Simondon, G. (2009). *La individuación a la luz de las nociones de forma y de información*. 1 ed. Editorial Cactus-La Cebra.
- Timmermans, S., & Berg, M. (1997). Standardization in action: Achieving local universality through medical protocols. *Social studies of science*, 27(2), 273–305. <http://www.jstor.org/stable/285471>
- Virno, P. (2003). *Virtuosismo y revolución, la acción política en la época del desencanto*. Traficantes.net. <https://traficantes.net/sites/default/files/pdfs/Virtuosismo%20y%20revoluci%C3%B3n-TdS.pdf>
- Yingling, R. T., & Ginnane, R. W. (1952). The Geneva conventions of 1949. *The American Journal of International Law*, 46(3), 393–427. <https://doi.org/10.2307/2194498>